

GESTÃO DE ENERGIAS EM TERRITÓRIO AMAPAENSE E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS

Karoline Fernandes Siqueira Campos (1), Marcelo Rodrigues Mendonça 2, Vinícius Batista Campos 3

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Princesa Isabel e Universidade Federal de Goiás – UFG, karoline.campos@ifpb.edu.br

RESUMO

Os projetos hidrelétricos renováveis são implantados em territórios com riqueza natural hidrográfica; surgem com o objetivo de suprir deficiências energéticas e proporcionar vantagens aos moradores de regiões isoladas pela posição geográfica desfavorável, mas na prática causam efeitos socioambientais profundos e lamentavelmente provocam retrocesso, estagnação, aumento de dependência e perda identitária. Neste trabalho, a temática da gestão ambiental pauta-se nos empreendimentos hidrelétricos de energias renováveis e limpas, cujo cenário de implantação são territórios longínquos, que encontram-se à margem do avanço e desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa teve como objeto de estudo, a Comunidade Tradicional do Iratapuru, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru, que fica na região Sul do Amapá, com objetivo de investigar quais os efeitos do capitalismo na gestão da energia e dos recursos hídricos em comunidades tradicionais das cidades da floresta, identificando os efeitos irreparáveis no ambiente e na vida dos impactados; analisando os reflexos negativos deste tipo de implantação, as consequências desastrosas e transformadoras que extinguem, mudam as dinâmicas da preservação do meio ambiente e da tradição do povo. Foram utilizadas as seguintes etapas metodológicas: observação diagnóstica; levantamento bibliográfico e análise documental; entrevistas dirigidas com abordagem etnográfica; dinâmicas de grupos para construção das percepções quanto a identidade territorial dos sujeitos da pesquisa e registro fotográfico. Os resultados encontrados nas narrativas dos entrevistados, nas rodas de conversa, na vivência da realidade dos moradores, constata que os efeitos socioambientais são profundos, e nem se quer são previstos no Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), tornando o dia a dia dos moradores bastante caótico, por conta do desconhecido e insustentável, das limitações de acesso à água e energia limpa, paradoxo que limita e aprisiona, que dificulta o avanço, mesmo com técnicas e tecnologias tão próximas; é perceptível que o imaginário é desconhecido, causa traumas e repercute não apenas na mudança dos cursos de água, na extinção de espécies da fauna e flora, mas no modo vida, na relação identitária e cultural com o território inundado, recriado; cujas engrenagens são reinventadas e dominadas pelos micro poderes do capitalismo; restando apenas (Re)Existir à marginalização já imposta e engessada.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Energética, Sul do Amapá, Empreendimentos Hidrelétricos, Território Tradicional, Efeitos socioambientais

INTRODUÇÃO

Na literatura científica, com a construção de teias e redes de debates científicos sobre a gestão ambiental, temas sobre os recursos naturais como a energia e a água são imprescindíveis para o entendimento da complexa trama das fontes de eficiência para um desenvolvimento limpo e sustentável, aportadas em legislação vigentes frágeis e superficiais, que criam artificios compensatórios que reforçam a dependência dos marginalizados, apresentando efeitos catastróficos e extremamente sabotadores da perpetuação de culturas, identidades, saberes da floresta de povos que embasam a história do mundo, em especial a do Brasil. Para Costa (2002), os aspectos legais e as medidas compensatórias dos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, ponderam apenas o que é imprescindível para a demanda capitalista do empreendimento, citando o caso dos complexos energéticos e das sobreposições de direitos e deveres, do que é permitido e alcançável, do que é tangível e executado, do que são os efeitos negativos para a sua realização, cumprindo apenas o que é regulamentado, sem mensurar os reparos do que é efetivamente executados, causando assim mazelas sociais, econômicas e ambientais, cujos efeitos são gigantescos.

A implantação de Projetos Hidrelétricos conflituam diretamente com as premissas da gestão ambiental, pois são responsáveis na história nacional de desastres, desencadeando conflitos por terras, poder, identidade, território, recursos materiais e imateriais, a salvaguarda da tradição e da cultura tradicional, de costumes, ritos e saberes típicos de povos cujas relações com a natureza são intrínsecas, basilares e essenciais; em detrimento da exploração, expropriação desordenada e sem aparente fiscalização e intervenções de políticas públicas e ambientais, culminando em mais de 40 milhões de pessoas impactadas com a invasão dos limites pelas 800.000 barragens construídas nos últimos anos.

Esta pesquisa torna-se pioneira e inédita, por se tratar do lapso temporal recente, sobre os efeitos socioambientais no Território Amapaense com a instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari,

diagnosticando como a produção da hidreletricidade interfere nos aspectos naturais, da preservação ambiental, das assimetrias dos documentos legais previstos e exigidos para ocupação do rio Jari, com a ideia do crescimento, progresso, saída da vulnerabilidade, que escamotem as práticas negligentes que desestruturam paisagens naturais preexistentes, interpolando ações que agravam ao longo do tempo solos férteis, alterando ecossistemas e destruindo flora e fauna, na Amazônia, além de situações corriqueiras no comprometimento da manutenção de áreas protegidas, cujos recortes territoriais propiciam a revolução silenciosa e avassaladora. Penido (2008), esta realidade é peculiar da região amazônica, influência do meio circundante, que propicia a entrada facilitada e não requer grandes esforços para a sua conclusão.

O Sul do Amapá, município de Laranjal do Jari, considerado como território das Cidades da floresta, foi palco de incentivos e ações Estaduais que sempre permitiram quase que instantaneamente abrigar confortavelmente os empreendimentos capitalistas, e neste cenário as marcas de retrocesso, estagnação e poucas expectativas, tornaram-se realidade da multidão que desenfreadamente ocupou a maior favela fluvial do mundo, e receberam como estereótipo a identificação de trabalhadores baratos, sem projetos de desenvolvimento, a mercê dos detentores do poder, vivendo na subversão social, alojados em abrigos precários “palafitas” sem dignidade e alienados a não requerer direitos, convergindo em um caos de desordenamento sócioespacial e ambiental (SIQUEIRA CAMPOS, 2016).

A fundamentação dos descritores históricos da produção e reprodução territorial brasileira, apresenta a introdução das usinas hidrelétricas com progressos mascarados e intencionalmente controversos, pela retórica capitalista de desenvolvimento; no Brasil entre as décadas de 1950 a 1960, através do Plano de Metas I do governo Juscelino Kubitschek, a situação energética ganha destaque e por meio de estudos sistemáticos, os potenciais das bacias hidrográficas são propagados ao mundo, ganhando visibilidade no inventário em 1960 com a criação do Ministério das Minas e Energia e da ELETROBRÁS, órgãos que subsidiariam a Política do Setor Elétrico Estatal e encontraria segundo Müller (1995), a solução para a crise energética durante a Segunda Guerra, fase de intensificação do processo industrial.

A crise então entra paradoxalmente em tempos de crise, de desestabilidade e em 1990 com as privatizações e a retomada do aproveitamento hídrico, e surge relatórios do Brasil (2008), que estima até 2015 a predominância de construções e expansão das Usinas Hidrelétricas (UH's), apoiadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e da Agência Nacional das Águas (ANA), começam as concessões para os empreendimentos hidrelétricos, causando a partir de então impactos socioambientais profundos.

Dentro de todas as concepções apresentadas, e buscando a compreensão dos prescritos nos EIA e RIMAS, cita-se a Eletronorte (2007), que elucida as instalações de usinas hidrelétricas como um projeto de desenvolvimento regional, cujas transformações são tanto em relação ao meio ambiente quanto na dinâmica socioeconômica e cultural de uma área, devendo garantir portanto a minimização dos efeitos negativos e a maximização dos benefícios do empreendimento, e efetivamente contribuir com a melhor funcionalidade da região, minimizando imprevistos, atenuando conflitos e ajudando na preservação do meio ambiente.

Os preceitos e a ideologia mercenária, em nada se preocupa com a inclusão das comunidades afetadas e essa desconsideração proposital, cria destratos sociais, físicos, químicos e biológicos, sem estratégias mitigadoras pela falta de entendimento, conhecimento e/ou discussões, para Leff (2009), tais elementos são as molas propulsoras da apropriação sem fundamentos na racionalidade econômica e ambiental, e neste caso, o ambiente, as diversidades culturais e a sociedade são ignorados.

OBJETIVO

O trabalho objetiva dar publicidade nos meios acadêmicos e científicos, como a implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, interviu na gestão ambiental e social da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru (RDSI), e quais foram os efeitos na Comunidades Tradicionais de São Francisco, evidenciando os arranjos e desarranjos latentes e vividos neste Território.

METODOLOGIA

O processo investigativo e exploratório, desde a análise documental e bibliográfica, com os apontamentos transcritos na fase introdutória desta redação, apontam cenários de profundas transformações, em escalas local, regional, nacional e mundial, quando referenciamos os Complexos Hidrelétricos e a gestão hídrica, com muitas lacunas e agentes despreparadas e temerosas, que corroboraram com a instalação não apenas do empreendimento, mas do caos.

Na fase de campo, com as observações diagnósticas, entrevistas dirigidas, as rodas de conversa, as dinâmicas do dia a dia, os registros fotográficos e a construção das percepções dos territórios falados, consubstancialmente possibilitam a apresentação de resultados peculiares e ao mesmo normais ao se tratar de áreas e comunidades afetadas, cujos desastres neste caso em especial, ultrapassam os princípios do ambiente natural das inundações e remontam o objeto estudado, para uma visão mais ampla, que notadamente incorpora o meio social e as relações homem e natureza.

Por trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, o tratamento qualitativo foi o mais adequado e possibilitou pontuar cenários, vivências, relatos e percepções, sem dados estatísticos engendrados e com autonomia científica de trazer a tona, os contrapontos, as controversias, as realidades sonhadas e vividas, o território recriado e produzido, as perdas, as lutas, as (Re)Existências ao progresso desconhecido e irreal. Nos parágrafos que seguem, serão elencados resultados da interpretação do previsto e dos imprevistos, com a descrição narrativa e pontual dos que menos beneficiados.

RESULTADOS

Dos dados coletados, pode-se constatar o perfil do grupo estudado, cujas semelhanças e diferenças são peculiares, tem modo de vida com práticas ritualísticas próprias, muitas expressões culturais perdidas e outras ainda enaltecidas; os micros poedres instalados são reflexos das novas lideranças sociais, principalmente os jovens e as mulheres; estão estimulando ou criando novos mitos e ritos; apresentam na forma de vestir, falar e se alimentar jeitos e trejeitos amazonidos, do povo ribeirinho, mas a cada dia vivem mais conectados com o novo e o tecnológico, passando a ser consumidores fiéis da globalização e dependentes das facilidades do maquinário em suas produções. Nas imagens 1a e 1b, do antes e depois do território “antiga e nova vila”, cujas moradias não atendem as especificidades e necessidades das famílias, são no ponto de vista dos entrevistados, uma das causas dessa mudança brusca do tradicional para o moderno material.



Imagem 1. Antiga e Nova Vila – O território (des)conhecido. Fonte: Arquivo fotográfico da comunidade

Nos relatos das longas narrativas, o discurso unânime é que a implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, desde 2010, gerou efeitos sociais mais impactantes em toda a história da comunidade, nas afirmativas nostálgicas lembram da relação com o rio e das antigas casas, e dizem que mesmo depois de três anos, não se acostumaram com novas moradias e relacionam essa falta de adaptação, por não terem sido consultados sobre a estrutura e distribuição das casas e a inundação da vila antiga, inundou os sonhos e muito do que viveram, longe dos seus ideários e imaginários, vivendo no escuro da promessa da energia que nunca chegou para abastecer os seus eletrodomésticos e os maquinários da cooperativa, resitando a calamidade da falta de água que era abundante,

observando a natureza cada dia mais remota, sem relação proximal e íntima das áreas protegidas por décadas, que vem sendo devastada, inundada, invadida, e seus maiores temores é que no território (des)conhecido, eles caíam no esquecimento.

Nas dinâmicas de grupo, nas rodas de conversa, e na análise dos registros fotográficos (imagem 2a, 2b e 2c), ficou nítido a insatisfação quanto ao novo curso d'água que inundou do Porto Sabão, dificultando o traslado, o ir e vir dos moradores e o escoamento dos produtos da floresta - agroextrativismo da Castanha do Brasil e Breu Branco; descrevendo detalhadamente nos mapas falados, como acontece a travessia, elencando os valores onerados 500 reais em catraias (embarcações com motor), a falta de segurança e o aumento do tempo de mais de 1h neste tipo de transporte, pois nas canoas sem motores, leva cerca de 12 para subir e descer o rio, culminando em perda de produtos em acidentes, e morte de moradores nas emergências de enfermidades pela dificuldade apresentada.



Imagem 2. Dificuldade de acesso à comunidade. Fonte: Arquivo fotográfico da comunidade

O uso dos produtos da floresta, do meio natural, focaram mais escassos e mais distantes, limitando-se ao extrativismo da Castanha do Brasil, administrados pela Cooperativa da Comunidade e que a cada enfrentam maiores dificuldades para cumprir com as demandas de Empresas como a Natura; outro ponto levantado são as espécies de fauna e flora, que vem desaparecendo (imagem 3), a exemplo dos animais silvestres (preguiça, macaco guariba), e retratam que as hortas e as atividades de agricultura e pesca ficaram comprometidas pela ausência de água e pelas inundações dos seus terrenos (solos) que tornaram-se inférteis, provocando profundas transformações em escalas grandiosas de disparidades e conflitos ambientais, econômicos e sociais, alterando inclusive a cadeia alimentar e a baixa reprodução.



Imagem 3. Área devastada de flora pela inundação. Fonte Vinícius Campos

A mesma água que gerou energia, que era o imaginário do ribeirinho, que foi por muito tempo, fonte de alimentos e atendia as necessidades básicas do dia a dia, como lavar roupas, tomar banho, cozinhar alimentos, é agora associada à péssima qualidade, a proliferação de doenças nas crianças e idosos, sendo agravada pela falta de saneamento e as epidemias trazidas pelos invasores, nomes dados aos funcionários do Consórcio responsável pelo empreendimento, associam à situação degradante ao deslocamento compulsório, que sem respeitar os moradores, devastaram as poucas esperanças de dias melhores, veem seus saberes tradicionais sendo dilacerados, sem afetividade com o lugar, cujo (re)conhecimento é ambíguo e o empoderamento identitário foi levado junto com a (re)configuração do território e gravada pela inexistência ecológica, humana e social, sentem-se ainda mais isolados, com mais deficiências nos arranjos produtivos, (Re)Existindo em meio ao obscuro, incerto, sem perspectivas de crescimento e autonomia, impedindo-lhes de perpetuar suas histórias.

CONCLUSÕES

De fato a (re)organização sócio territorial e a inexistência de políticas efetivas na gestão ambiental dos recursos naturais, materiais e imateriais, fragmentaram os recursos da e na terra pela ocupação das paisagens protegidas, tendo como efeitos não apenas a devastação e degradação do meio ambiente, mas também nos aspectos econômicos, políticos e mais fortemente na perda da identidade cultural, pela imposição de novos ritmos ao meio primitivo e natural promovidas pela utópica ideia de desenvolvimento, este que na prática é o (des)envolver sem se envolver.

As complexidades nos espaços reprogramados, deterioraram a estrutura física, biológica, química, e suas similitudes, convergindo na desesperança e na perda simbólica das especificidades deste povo, provocam profundas alterações nos meios e modos de vida; rompendo com as teias das relações homem e natureza, das percepções do rio e da floresta, em decorrência da multiplicação das carências de diversas ordens.

Todas as concepções, percepções, relatos e dados citados anteriormente, buscam dialogar entre o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental e as consequências advindas com a implantação de empreendimentos no território amapaense que teve em sua história marcado pelo aproveitamento dos recursos naturais e o envolvimento do uso da terra; a construção das usinas hidrelétricas foi outro ponto importante para a ocupação da paisagem amazônica e para o crescimento dos conflitos entre as empresas, o Estado e as comunidades tradicionais, as comunidades ribeirinhas, os assentados e os índios.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética.** Rio de Janeiro: MME/EPE, 2008.
2. BROWDER, John O. GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira.** 1ª ed. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
3. COSTA, B. P. Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homo erotismo na cidade. 2008a. Tese (Doutorado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre.
4. CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL - ELETRONORTE. **Plano de Atendimento de Energia Elétrica. 2007 – 2016.** Brasília, 2006.
5. LEFF, E. Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista Educação e Realidade**, edição 34, páginas de 17 a 24, set/dez de 2009.
6. MULLER, A.C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento.** Makron Books: São Paulo, 1995.
7. PENIDO, M. de O. **O Planejado e as (im)possibilidades de realização do lugar: O caso da UHE de Candonga/MG.** Minas Gerais, 2008
8. SIQUEIRA CAMPOS, K. F. Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru/AP. Macapá, PPGMDR/UNIFAP, 2016. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional).